

## **BRASILEIROS DE TODAS AS NACIONALIDADES: COMPOSIÇÃO DO CORPO DISCENTE DA ESCOLA ESTADUAL PAULISTAS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940**

Amanda Zuffo Nicoleit dos Santos<sup>1</sup>, Cristiani Bereta da Silva,<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmico(a) do Curso de História - FAED- bolsista PIBIC/CNPq

<sup>2</sup> Orientadora, Departamento de História- FAED- cristianibereta@gmail.com

Palavras-chave: Exames de Admissão ao Ginásio. História do Ensino de História. Imigrantes.

Os exames de admissão ao ginásio foram instituídos nacionalmente no de 1931 pelo Decreto nº 19.890, de 18/04/31, perduraram até 1971 com a promulgação da Lei nº 5692/71, a qual instituiu, com duração de oito anos, o ensino de primeiro grau, o que integrou os cursos primários e ginasiais em um único ciclo, e deu caráter de obrigatoriedade.

Em 1931, o então ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, organizou uma reforma no ensino em que se desenhou uma organização curricular secundária em dois cursos seriados: o fundamental, em que eram necessários cinco anos, e o complementar, com duração de mais dois anos. Esta separação se dava pelo fato de se entender, naquele momento, a necessidade de uma preparação a mais para ingressantes em alguns cursos de nível superior como: Direito, Medicina e Arquitetura.

Abreu (2010), ressalta o fato da abertura de novos cursos ginasiais, ou seja, de 2º grau, mas trás um elemento extremamente relevante, o fato destes terem de se submeter a ensinar aquilo que era determinado pelo colégio Pedro II, assim criando uma referencia em conteúdo e funcionamento para os demais. Algo que parece relativamente simples, mas que carregava consigo um processo demorado e burocrático, que continha inspeções preliminares para liberação do inicio de oferta do curso, e inspeções permanentes para fiscalizar o conteúdo e forma como era ministrado.

Em relação ao ingresso ao ginásio, algumas condições foram criadas a partir da reforma, criando um exame que consistia em provas escritas e orais de Português e Aritmética, além de provas escritas de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais. No entanto ter proficiências na prova não bastava, para faze-la o candidato deveria possuir a idade mínima de 11 anos, bem como o pagamento de taxa, além de ser permitido apenas o pleito a uma instituição. Não havia uma nota mínima a ser alcançada, os candidatos adentravam a partir de sua classificação que deveria estar dentro do numero de vagas oferecidas. Até o ano de 1952 não era exigência legal a certificação do ensino primário.

A partir da documentação de matricula do Colégio Estadual Paulista buscarei analisar como se construiu o corpo discente, visto que ele era extremamente diverso quanto a nacionalidade dos pais do alunos, e em medida menor, mas ainda relevante o local de nascimento dos próprios alunos, que muitas vezes não vinham de fora do pais, mas de regiões diferentes do próprio Brasil.

Corpo documental analisado consiste em matriculas, das décadas de 30 e 40, em que são verificadas nacionalidades paternas e maternas da Europa, Ásia e Oriente médio, além do Brasil.

Algo que por si só já mostra a pluralidade do colégio e da cidade em que se encontrava que a partir do censo de 1934. Mesmo que a quantidade de documentação seja pequena comparado ao corpo discente é perceptível sua pluralidade.

Para tentar compreender a formação deste corpo discente se faz necessários, compreender os fluxos migratórios para o Brasil, que em um primeiro momento são bem definidos, tendo em vista que era uma colônia portuguesa e assim teria como principal imigrante o Português. Mas com a independência projetos diferentes de república foram criados, e formas diferentes de compor a sociedade brasileira também. Tendo como vitoriosa, mesmo após incertezas causadas pelo governo militar de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, o projeto liberal dos cafeicultores Paulistas, que influenciados principalmente pelos princípios positivistas modernizadores franceses, compreendiam a necessidade de reformas que englobaram diversas esferas da sociedade. O que culminou no discurso de modificação da mão-de-obra escrava para assalariada, algo que resultaria numa grande imigração.

Estas levas de imigrantes não se restringiram somente as fazendas do interior de São Paulo como era pensado pela elite política, com o passar dos anos e a crise cafeeira muitos acabaram por migrar para a cidade, construindo uma metrópole pluricultural e que muito se assemelhava as outras grandes cidades modernas na época. Estes grande contingente populacional precisava viver e para se estabelecer no mercado de trabalho, o que levou muitos as fabricas e ao setor terciário. Não a maior parcela, mas ainda uma parcela relevante conseguiu uma posição econômica favorável o que possibilitou dentro de outros fatores, como a proximidade das escolas, e redes de relacionamento e solidariedade buscar o ingresso dos filhos no ensino secundário.

#### **Referências**

MINHOTO, M. A. P. Da Progressão do Ensino Elementar ao Ensino Secundário(1931-1945): crítica do exame de admissão ao ginásio. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

ABREU, Geysa S. A. de. A homogeneização do ensino secundário na década de 1930: estratégias de eficiência, racionalidade e controle. Educar em Revista, Curitiba, n° 2, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602010000500018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000500018&lng=pt&nrm=iso).

JANOTTI, M. L. M. . O Diálogo convergente: Políticos e Historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001, v. , p. -.